

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Escola Secundária D.

Luísa de Gusmão

LISBOA

16 e 17 nov.

2011

Área Territorial de Inspeção
de Lisboa e Vale do Tejo

1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da [Escola Secundária D. Luísa de Gusmão – Lisboa](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre [16 e 17 de novembro de 2011](#). As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório da Escola apresentado no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2011-2012** está disponível na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária D. Luísa de Gusmão, situada em Lisboa (freguesia dos Anjos), foi inaugurada em 1958. Inicialmente funcionou como Escola Industrial Feminina, passou a Escola Industrial/Comercial em 1970 e a Secundária em 1975, em consequência das reformas educativas que tiveram lugar nessas datas. Na sequência da Avaliação Externa realizada em 2006, a Escola celebrou, com a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, um contrato de autonomia, conforme previsto no regime jurídico de autonomia, administração e gestão das escolas, homologado pela Ministra da Educação, em 10 de setembro de 2007.

Na Escola estudam 790 alunos, dos quais 418 integram o ensino básico regular (18 turmas) e 372 o ensino secundário. Neste nível, 271 alunos frequentam os cursos científico-humanísticos (12 turmas) e 101 os cursos profissionais de Técnico de Informática de Gestão e de Técnico de Apoio Psicossocial (6 turmas). Existem ainda duas turmas dos Cursos de Educação e Formação de Adultos que funcionam em regime noturno, com 11 formandos no nível básico e 11 no secundário.

A percentagem de alunos naturais de outros países é de 24,3%, com predomínio para os oriundos do Brasil, China e países africanos. Beneficiam de auxílios económicos, no âmbito da ação social escolar, 41,3% dos alunos, sendo 22,5% do escalão A e 18,8% do B. Possuem computador e internet em casa 71% dos alunos (27,1% do ensino básico e 43,9% do secundário).

A ocupação profissional dos pais e encarregados de educação apenas é especificada em 12,7% dos casos e, destes, 3,9% enquadram-se em atividades de técnico de nível superior ou intermédio. No que diz respeito às suas habilitações académicas, somente se conhecem as de 2,1%, o que poderá ser explicado pelo contexto em que a escola está inserida, caracterizado pela diversidade social e cultural.

Exercem funções na Escola 109 docentes, dos quais 84,4% pertencem aos quadros, o que revela estabilidade. A sua experiência profissional situa-se maioritariamente entre 20 e 29 anos (33%) e mais de 30 anos (27,5%). Dos 29 trabalhadores não docentes, 7 são assistentes técnicos, 21 assistentes operacionais e uma psicóloga.

No ano letivo de 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, os valores das variáveis de contexto da escola situam-se, genericamente, sempre próximos dos valores medianos nacionais ou até um pouco acima no caso da média de idades dos alunos do 9.º ano e da percentagem de alunos no 12.º ano sem Ação Social Escolar. A assiduidade dos docentes e não docentes revela valores um pouco inferiores à mediana nacional.

3- AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Os resultados, para o ano letivo 2009-2010, relativos às taxas de conclusão são os esperados para o 9.º ano e ficam aquém do esperado para o 12.º ano. Os resultados a Matemática são os esperados para o 9.º ano e encontram-se abaixo dos valores esperados para o 12.º ano.

É de realçar o trabalho desenvolvido com os alunos do 9.º ano, cujos resultados se mostram acima do valor esperado determinado para o ano letivo 2009-2010, para a avaliação externa a Língua Portuguesa. O mesmo não aconteceu para a disciplina de Português do 12.º ano, em que as classificações finais de disciplina foram as esperadas para aquele ano letivo.

As taxas globais de sucesso, de 2007-2008 a 2009-2010, no 3.º ciclo (72,0%; 78,6%; 67,9%) e, em 2008-2009 e 2009-2010, no ensino secundário (69,3%; 58,9%) mostram flutuação e involução.

Tanto os objetivos gerais como os operacionais do contrato de autonomia estabelecem a redução do insucesso e o aumento das taxas globais de sucesso escolar, de acordo com a proposta de metas para cada um dos anos de escolaridade do 3.º ciclo e para o 10.º ano.

A análise das referidas taxas, de 2007-2008 a 2010-2011, mostra que os resultados que em 2010-2011 superaram as metas do Contrato foram as taxas globais de sucesso dos 8.º e 10.º anos, respetivamente, em 7,5% e 7,7%, ficando as que respeitam aos 7.º e 9.º anos aquém, em 6,8% e 13,1%. Esta análise mostra, também, que ao longo destes quatro anos letivos a variação destas taxas globais de sucesso revela flutuação no 3.º ciclo e involução no 10.º ano.

A dificuldade na identificação sistemática dos fatores explicativos do sucesso e do insucesso, intrínsecos à prestação do serviço educativo, pode ter condicionado as medidas destinadas a melhorar as taxas globais de sucesso e, conseqüentemente, a integração escolar e social dos alunos, não havendo, por isso, o cumprimento daqueles objetivos no que respeita à sustentabilidade dos resultados.

As taxas de abandono do 3.º ciclo, disponibilizadas pela Escola, apresentam uma diminuição significativa do ano letivo 2009-2010 para 2010-2011 (22,3%; 13,8%). No ensino secundário, as taxas de desistência para os referidos anos letivos (8,6%; 7,1%) mostram uma ligeira descida, mas é também uma questão não resolvida.

Assim, os objetivos previstos no contrato de autonomia, visando combater o abandono escolar e aproximá-lo de 0%, não foram cabalmente cumpridos.

RESULTADOS SOCIAIS

A Escola tem fomentado o desenvolvimento cívico dos alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário. Neste sentido, tem oferecido algumas atividades e projetos, designadamente no âmbito da solidariedade, através de campanhas diversas, e da saúde, com o Gabinete de Apoio e Informação ao Aluno.

A constituição recente da associação de estudantes e a assembleia de delegados de turma têm sido algumas das estratégias promotoras da corresponsabilização e estímulo à participação dos alunos na vida da Escola, para o desenvolvimento de atividades ao nível da educação para a cidadania e das aprendizagens.

Apesar do trabalho desenvolvido no âmbito das tutorias e no Gabinete do Aluno na resolução de conflitos, para desenvolver o respeito pelos outros e a convivência democrática, frequentemente, ocorrem casos de comportamentos pouco adequados, dentro da sala de aula, que não favorecem um ambiente calmo e de respeito, propiciador das aprendizagens. Estes casos são vistos pelos alunos e pelos próprios professores como uma dificuldade em resolver bem a indisciplina.

Esta dificuldade, já referida no relatório da Avaliação Externa das Escolas, que teve lugar em 2006, foi incluída no contrato de autonomia para ser resolvida. Na verdade, um dos compromissos do contrato previa a necessidade de um maior envolvimento da comunidade educativa na elaboração de um código de conduta que pudesse prevenir, com eficácia, as diferentes situações disciplinares.

Os dados sobre a aplicação de medidas disciplinares sancionatórias de suspensão, entre 2009 e 2011, mostram a existência de incidentes disciplinares em todos os anos de escolaridade. Contudo, é maior a

incidência no 7.º ano, seguido do 8.º ano e depois do 10.º ano, sendo, por isso, uma questão não resolvida para a qual as ações em curso não têm sido suficientes.

Efetivamente, continua a não existir uma estratégia partilhada e o reforço de atividades promotoras da disciplina, para melhorar as competências sociais dos alunos e as suas aprendizagens.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

A avaliação que os alunos, encarregados de educação e trabalhadores fazem do serviço prestado, traduzida nos questionários de satisfação, é positiva, sendo expressa pelo predomínio da opção de concordância parcial. A valorização das aprendizagens é promovida com a implementação dos Quadros de Excelência e de Valor e do desenvolvimento de projetos e atividades, percecionados como motivadores pelos alunos.

A Escola conhece a comunidade que serve e, por isso, sabe quais as suas dificuldades, nomeadamente o reduzido acompanhamento prestado aos seus alunos de uma parte significativa das famílias. Daí o desenvolvimento de algumas estratégias no sentido de promover, junto dos pais e encarregados de educação, uma maior atenção às aprendizagens, como o demonstra o trabalho realizado pelos diretores de turma e, nos últimos anos, os dias culturais da Escola. Contudo, não está a ser suficientemente aproveitada a disponibilidade e interesse da Associação de Pais, na participação em atividades e na resolução de problemas da Escola.

Um dos compromissos do contrato de autonomia previa uma maior adequação da oferta educativa à realidade socioeconómica da Escola, referindo a necessidade de ser mais concorrencial e diversificada. Na verdade, esta diversificação não existe, com vista a potenciar aprendizagens noutras áreas e a reforçar o trabalho de integração da Escola no meio envolvente.

A ação da Escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da Escola. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio Resultados.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

A gestão do currículo é realizada nos “agrupamentos disciplinares”, sendo elaboradas planificações anuais, definidos critérios de avaliação e estabelecidas algumas atividades a desenvolver. Todavia, sendo uma área deficitária, identificada no relatório de Avaliação Externa de 2006 e visada nos compromissos da Escola no contrato de autonomia, subsistem dificuldades na ação concertada dos departamentos e dos conselhos de turma no desenvolvimento, articulação e contextualização do currículo, orientada pelos documentos estruturantes.

O plano anual e plurianual de atividades, bem como o projeto curricular de escola e os projetos curriculares de turma evidenciam a existência de múltiplas ações educativas, cuja intencionalidade nem sempre atende a necessidades diagnosticadas como prioritárias.

A contextualização do currículo é operacionalizada, fundamentalmente, em atividades com ligação ao meio social e cultural envolvente (visitas de estudo e estágios dos cursos profissionais) e aproveitando temas e conteúdos disciplinares. Não decorre de ações projetadas estrategicamente para resolver os problemas, com base no diagnóstico e com o aproveitamento pleno dos recursos disponíveis na Escola e na comunidade.

O alargamento das práticas de articulação curricular afigura-se fundamental, a fim de consolidar a gestão vertical do currículo entre o 3.º ciclo e o ensino secundário e ao longo destes.

A informação referente ao percurso escolar dos alunos é aproveitada ao longo do 3.º ciclo, sobretudo, devido ao critério de distribuição de serviço de manter os diretores e respetivos conselhos de turma ao longo de todo o ciclo. Porém, na transição para o ensino secundário é principalmente o interesse individual de cada diretor de turma que determina o aproveitamento dessa mesma informação.

No que respeita à avaliação, os critérios são oportunamente divulgados aos alunos e respetivos encarregados de educação, juntamente com as planificações das diferentes disciplinas, através das cadernetas pedagógicas.

Existe trabalho cooperativo e partilha de boas práticas, levados a cabo por alguns grupos de docentes, com reconhecido impacto na sua motivação e nos resultados obtidos pelos seus alunos, como acontece na Educação Física. Contudo, não é suficiente a cooperação e a concertação destes profissionais, alargada aos restantes grupos disciplinares, com enfoque na melhoria das estratégias de ensino, a fim de potenciar as aprendizagens de todos os alunos.

PRÁTICAS DE ENSINO

A Escola implementou diversas estruturas e modalidades de apoio, com a finalidade de criar condições de sucesso aos alunos. Assim, as avaliações de diagnóstico, bem como a caracterização sociocultural e familiar realizada pelos diretores de turma, contribuem para o conhecimento das potencialidades e necessidades dos alunos, tanto no 3.º ciclo como no ensino secundário. Fundamentam também tomadas de decisão relativas às respostas educativas a disponibilizar em cada caso, nomeadamente através das salas de estudo e dos apoios.

No entanto, há ainda muito trabalho a desenvolver em prol da generalização das práticas de diferenciação pedagógica, a fim de proporcionar condições de sucesso e de integração para todos os alunos. Estas práticas são formalizadas e implementadas de forma sistemática apenas em situações específicas, envolvendo, nomeadamente, alunos com necessidades educativas especiais e alunos estrangeiros. Neste caso, a Escola reforça as aprendizagens, através da gestão flexível dos horários e dos grupos, em função de um portefólio individual, construído sob a coordenação do respetivo professor de Português Língua Não Materna.

A Escola dá respostas educativas adequadas aos alunos com necessidades educativas especiais, conjugando o contributo da docente de educação especial e dos conselhos de turma e beneficiando dos recursos disponibilizados pela associação Crescer Juntos, com a qual foi firmada uma parceria. O trabalho desenvolvido pela psicóloga também é um contributo relevante nesta área, para além de assegurar a orientação vocacional aos alunos que concluem o 9.º ano e de acompanhar os alunos com dificuldades ao nível dos comportamentos.

Outras soluções encontradas para ocupar alunos sem apoio familiar passam, por vezes, pelo recurso a clubes e projetos que funcionam na Escola e a parceiros da comunidade, embora estes nem sempre respondam com a celeridade desejável.

Estão instituídas iniciativas, como o Dia dos Diplomas, os concursos e os prémios promovidos internamente, que promovem as aprendizagens e valorizam as potencialidades dos alunos.

A Escola desenvolve alguns projetos e atividades com recurso a tarefas de pesquisa e a metodologias ativas e experimentais. Destacam-se, neste âmbito, as que são desenvolvidas na biblioteca escolar, o jornal *Elo Intercultural*, o projeto *+ 50 Anos a Crescer com Saúde* e os dias temáticos das ciências, entre outros.

A dimensão artística da formação dos alunos é valorizada, pela oferta educativa curricular, tanto no ensino básico como no secundário, e ao nível do enriquecimento do currículo, através de clubes de teatro. Há também alguns projetos de turma, cujos produtos finais consistem na realização de espetáculos e na exposição de trabalhos.

Embora se assinalem iniciativas relacionadas com a criação de blogues e de formação para utilização da plataforma *Moodle* e dos quadros interativos, as limitações do equipamento informático dificultam a utilização das tecnologias educativas no processo de ensino e de aprendizagem. Com efeito, o compromisso assumido pelo Ministério da Educação no contrato de autonomia, relativo à intervenção prioritária de requalificação da Escola, não foi cumprido, gerando os constrangimentos atrás mencionados.

Salvo situações pontuais, não estão instituídos procedimentos sistemáticos de acompanhamento e de supervisão do exercício da docência, numa perspetiva de desenvolvimento profissional e com impacto na melhoria das práticas de ensino. Daqui resulta o incumprimento do compromisso assumido pela Escola no contrato de autonomia, relacionado com a responsabilização dos órgãos e estruturas e com o acompanhamento sistemático dos desempenhos.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Os critérios de avaliação definidos pelos departamentos e agrupamentos disciplinares preveem a ponderação de diferentes parâmetros, bem como a diversificação dos instrumentos a utilizar.

No ano letivo em curso, iniciou-se a construção de instrumentos comuns de diagnóstico e outros de aferição (provas de final de ano letivo e de testes intermédios). Contudo, por ser recente, este procedimento não permitiu valorizar a vertente formativa da avaliação, reguladora das aprendizagens, e potenciar a aferição da eficácia das estratégias de ensino, com sistematicidade e de forma generalizada.

A monitorização interna do desenvolvimento do currículo centra-se na verificação do cumprimento dos programas, pelo que há ainda um percurso a realizar para que as alterações introduzidas no corrente ano acarretem consequências na adequação das planificações e na regulação das aprendizagens.

No mesmo sentido, apesar de a implementação das medidas de apoio educativo ter subjacente o compromisso da Escola, também contratualizado, de assegurar a integração de todos os alunos e de estar instituída a monitorização sistemática dos apoios, esta tem sido inconclusiva relativamente à sua eficácia e impacto no sucesso dos alunos.

A Escola aponta como principal causa para as taxas de abandono e desistência o elevado número de alunos em situação de risco (estrangeiros e de famílias com carências socioeconómicas). Apesar do esforço resultante do trabalho desenvolvido, nomeadamente pelos diretores de turma e pelo serviço de psicologia e orientação, não existe uma estratégia global que permita a deteção atempada dos alunos em situação de risco e respetiva atuação, para uma diminuição efetiva do abandono escolar no 3.º ciclo e da desistência ao nível do ensino secundário.

Neste domínio, a Escola revela uma ação com aspetos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes, ao longo do tempo, e envolvem áreas limitadas da Escola, com um impacto reduzido na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos, pelo que se justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio Prestação do Serviço Educativo.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A visão de uma escola inclusiva é defendida pela diretora com veemência, mas não é visível nos documentos estruturantes qualquer plano estratégico para o desenvolvimento desse objetivo. Com efeito, não está assegurado o envolvimento de toda a comunidade educativa no reforço de uma cultura organizacional de escola, motivada em torno desta finalidade.

Os vários sectores da comunidade, apesar de valorizados, não são potencializados no processo de construção dessa identidade pretendida e a sua representatividade no conselho geral é limitada e tem vindo a decrescer. A rede de parceiros constituída é relevante e reconhecida pela direção (Escola Segura, Junta de Freguesia dos Anjos, outros), mas os protocolos são escassos, o que limita o desenvolvimento de projetos inovadores que pudessem combater o insucesso escolar e social dos jovens desta Escola.

Internamente, não é sentida pelos diversos órgãos e atores educativos uma liderança disponível para partilhar responsabilidades e aberta a iniciativas com origem em lideranças intermédias diferenciadas. A fraca articulação entre as diferentes lideranças gera dificuldades e desigualdades na orientação e coordenação para uma ação educativa concertada.

De igual modo, não é valorizado o envolvimento dos pais e encarregados de educação, através da sua associação, na implementação de estratégias conducentes a uma maior responsabilização das famílias na valorização do trabalho e esforço dos seus educandos, enquanto fatores de consolidação da aprendizagem.

É limitada a adesão a projetos nacionais e internacionais em articulação com as atividades escolares, de forma a enriquecer as experiências de aprendizagem dos alunos. A possibilidade de mobilizar esses recursos e os da comunidade envolvente não está suficientemente prevista nos planos de atividades, apesar de poderem ser uma condição importante para o sucesso educativo.

As dificuldades decorrentes do historial de instabilidade na liderança da Escola não foram resolvidas pela direção, sobretudo ao nível da mobilização e da motivação para o desenvolvimento do capital humano da organização e para a construção de uma prática da comunidade que assuma como lema a inclusão. Neste sentido, tem perdido as oportunidades que a contratualização e o relatório da Avaliação Externa de 2006 possibilitaram, de construir uma coerência interna a partir do envolvimento de todos na construção de um plano de melhoria para o sucesso dos seus alunos.

GESTÃO

A direção pauta a afetação dos recursos e as práticas organizativas por critérios, em função das competências do pessoal, das necessidades e das prioridades. Os docentes integram, sempre que possível, equipas pedagógicas que se mantêm ao longo dos ciclos de estudos. O pessoal não docente exerce as suas funções com a rotatividade possível, visando assegurar o normal funcionamento da Escola em caso de falta ao serviço, mas também como forma de promover o desenvolvimento profissional.

Existem critérios para a constituição de turmas que procuram facilitar a integração dos alunos estrangeiros e dos que sofreram retenções. A organização dos horários, em turno único para todas as turmas, libertou uma tarde comum e facilitou a participação em atividades desenvolvidas pelos clubes e em projetos, bem como a frequência de aulas de apoio e de sala de estudo.

A avaliação de desempenho, realizada de acordo com o que está legalmente estipulado, foi desenvolvida pelos órgãos e estruturas devidos, tendo sido reconhecido o seu fraco contributo para a promoção do desenvolvimento profissional.

Decorrendo de um objetivo geral contratualizado e do compromisso assumido pela Escola no contrato de autonomia, assim como do próprio projeto educativo, foi elaborado um plano de formação para o pessoal docente, incidindo no plano científico, pedagógico-didático e organizacional. No caso dos assistentes técnicos e operacionais, também foram definidas áreas relacionadas com a sua atividade específica e com o relacionamento interpessoal em contexto escolar. As iniciativas pontuais de formação interna e de partilha de boas práticas potenciam a rendibilização dos saberes profissionais.

A comunicação, identificada como uma das áreas de menor satisfação no relatório de autoavaliação da Escola, tem sido agilizada com o recurso a canais diversificados (telefone, correio eletrónico, brochuras, dossiês, jornal escolar, entre outros). Porém, mesmo assim, as informações têm uma difusão desigual dependendo dos assuntos e das pessoas envolvidas, o que dificulta a valorização da imagem da Escola.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

As práticas sistemáticas de recolha e tratamento de dados, nomeadamente relativos a resultados, têm constituído uma base relevante para a análise e discussão das práticas de ensino, posta em ação com a realização nos últimos dois anos do fórum “Autoavaliação – que melhoria?”. Contudo, o projeto de autoavaliação não está consolidado, enquanto instrumento de gestão do progresso da Escola, numa perspetiva intencional e articulada das diferentes práticas autoavaliativas.

Desde a Avaliação Externa realizada em 2006 que a Escola tem vindo a adquirir experiência e conhecimento em metodologias que originaram a recolha e análise de dados relativos aos resultados académicos, aos incidentes disciplinares, à assiduidade dos alunos e, mais recentemente, à monitorização do trabalho desenvolvido no Gabinete do Aluno e do projeto Tutorias, como estruturas de apoio, bem como à satisfação da comunidade escolar.

Após a realização da Avaliação Externa e o estabelecimento do contrato de autonomia em 2007 e ao longo dos últimos anos letivos não têm sido elaborados planos de ação de melhoria em articulação com as considerações finais do Relatório de Avaliação Externa e com as conclusões e recomendações dos relatórios de autoavaliação e do Progresso do Contrato de Autonomia, nomeadamente de 2009-2010 e 2010-2011.

O texto de apresentação para a presente avaliação externa reflete também a grande incidência na análise dos resultados com a elaboração de relatórios e menos no envolvimento e participação da comunidade educativa e na construção de planos de ação de melhoria. A sua inexistência em articulação com os resultados da autoavaliação pode ter dificultado, no final de cada ano letivo, a avaliação da consecução das prioridades propostas no contrato de autonomia.

Assim, as dificuldades da Escola prendem-se, nos últimos anos, em superar pontos fracos e utilizar os fortes como alavanca de desenvolvimento, de forma a reunir as condições necessárias ao seu sucesso futuro.

Reconhece-se que a motivação da equipa de autoavaliação e o acompanhamento do Conselho Geral e dos órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, conjugados com a participação de toda a comunidade educativa e em especial dos alunos, permitirão a implementação de práticas de autoavaliação sistemáticas e alargadas às diferentes áreas da prestação do serviço educativo, devidamente integradas num projeto, a fim de promover a autorregulação e o desenvolvimento de ações de melhoria.

Em resumo, a Escola apresenta uma ação com aspetos positivos, em resultado de algumas práticas organizacionais pouco generalizadas e eficazes. As atuações são positivas, mas a ação desenvolvida tem proporcionado um impacto reduzido na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos, pelo que a classificação deste domínio é de **SUFICIENTE**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- Valorização das aprendizagens através da criação dos Quadros de Excelência e de Valor e do desenvolvimento de projetos e atividades, percecionados como motivadores pelos alunos.
- Disponibilidade e interesse da Associação de Pais, na participação em atividades e na resolução de problemas da Escola.
- Trabalho cooperativo e boas práticas, levados a cabo por pequenos grupos de docentes, com impacto na sua motivação e nos resultados obtidos pelos seus alunos.
- Implementação de diversas estruturas e modalidades de apoio, com a finalidade de criar condições de sucesso aos alunos.
- Práticas sistemáticas de recolha e tratamento de dados, nomeadamente relativos a resultados, constituindo uma base relevante para a análise e discussão das práticas de ensino.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Identificação sistemática dos fatores explicativos do sucesso e do insucesso, intrínsecos à prestação do serviço educativo na Escola, com implicação nas medidas destinadas a melhorar as taxas globais de sucesso.
- Implementação de uma estratégia partilhada e reforço de atividades promotoras da disciplina, para melhorar as competências sociais dos alunos e as suas aprendizagens.
- Ação concertada dos departamentos e dos conselhos de turma no desenvolvimento, articulação e contextualização do currículo, orientada pelos documentos estruturantes.
- Alargamento das práticas de articulação curricular a fim de consolidar a gestão vertical do currículo entre o 3.º ciclo e o ensino secundário e ao longo destes.
- Generalização das práticas de diferenciação pedagógica, a fim de proporcionar condições de sucesso e de integração para todos os alunos.
- Reforço das estratégias de cooperação, com o envolvimento da comunidade educativa, para promover uma cultura de escola e melhorar o seu ambiente.
- Implementação de práticas de autoavaliação sistemáticas e alargadas às diferentes áreas da prestação do serviço educativo, devidamente integradas num projeto, a fim de promover a autorregulação e o desenvolvimento de ações de melhoria.